

Censura em disputa e clamor pelo silêncio

Censorship dispute and the cry for silence

■ IVAN PAGANOTTI*

REIMÃO, SANDRA (2011)

Repressão e Resistência: Censura a Livros na Ditadura Militar.

São Paulo: Edusp, Fapesp, 2011, 184 p.

RESUMO

Repressão e Resistência: Censura a Livros na Ditadura Militar foca os livros de ficção que eram alvo de processos de censura movidos durante o regime militar brasileiro. Além dos pareceres dos censores estatais, são apresentadas também cartas enviadas por representantes da sociedade civil recomendando a censura de livros considerados ofensivos ou pedindo a liberação de obras proibidas. Essa documentação sedimenta um terreno fértil para análises sobre a capilaridade da censura, a abrangência e flexibilidade de seus critérios, e a discussão de sua legitimidade mesmo em um período em que a repressão buscava controlar a própria visibilidade da censura.

Palavras-chave: comunicação, censura, liberdade de expressão, livros

ABSTRACT

Repression and Resistance: Books Censorship in the Military Dictatorship focus censorship processes against fiction books during the Brazilian military regime. Besides the literary evaluations conducted by State censors, the study also presents letters that were sent by members of the civil society recommending the censorship of books considered to be offensive or asking for the release of forbidden works. This documentation allows a fruitful analysis of censorship capillarity, its broad and flexible regulation, and the discussion of its legitimacy in a period when the government repression even sought to control the very visibility of its censorship practice.

Keywords: communication, censorship, free speech, books

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo. Bolsista Capes, membro do Núcleo de Pesquisas em Comunicação e Censura (NPCC-USP) e do grupo Midiato-USP. E-mail: ivanpaganotti@gmail.com.

MESMO SUPERADA A repressão estatal dos militares, o debate sobre a censura nesse período persiste em aflorar, como um trauma recalçado no tecido social que continua a trazer à tona seus sintomas, exigindo análise e resolução. Quase três décadas após o fim da censura à imprensa e aos livros no Brasil, um novo estudo ajuda a trazer à luz alguns dos momentos mais sombrios em que o Estado tomou para si a tutela e o controle da produção literária brasileira.

Repressão e Resistência: Censura a Livros na Ditadura Militar, de Sandra Reimão (2011), mostra que a censura dos livros de ficção não foi feita sem o apoio de setores da população, sedentos por maior controle de expressões e condutas que não condiziam com os códigos da moral e com a ideologia dominante na época. Para isso, a análise não só se baseia em farta documentação do Departamento de Censura e Diversões Públicas (DCDP) preservadas no Arquivo Nacional de Brasília; o livro também apresenta, em seus anexos, os próprios pareceres de censores que determinaram a proibição de obras literárias e algumas cartas de cidadãos brasileiros ofendidos com livros considerados obscenos ou subversivos, exigindo maior censura estatal. A publicação desse material bruto, aliada à contextualização histórica desenvolvida por Reimão, é crucial para compreender como a sociedade brasileira sofreu, conviveu ou até mesmo colaborou com a censura de expressões artísticas e literárias.

Apesar de consolidar em seus capítulos textos publicados anteriormente em diferentes revistas e livros, a obra reunida por Reimão ganha organicidade justamente por entrelaçar as análises de casos com o pano de fundo das interpretações do cenário cultural da época, fundamentando sua análise na documentação dos pareceres e das cartas sobre a censura. Ao partir de uma discussão sobre as raízes do regime militar e a consolidação do seu aparelho censório, Reimão formula inicialmente algumas hipóteses para avaliar não só as práticas de controle estatal, mas também seus efeitos em um paradoxal diálogo entre a expressão da sociedade e um organismo de censura. Como Reimão salienta, se na década de 1960 os pontos de tensão estavam no espaço público dos palcos do teatro, cinema e nas páginas dos jornais, na década seguinte a literatura assumiu o papel nevrálgico ao levar o debate sobre os temas sociais para as salas de leitura dos lares brasileiros (p. 62). Não surpreende, dessa forma, que a censura aos livros aumentou na segunda metade da década de 1970 (p. 33), quando muitos jornais e revistas se libertavam da censura prévia (p. 56).

A autora defende que a censura política no período cedeu espaço para um maior controle dos desvios morais, como o erotismo e a violência – cedendo assim aos anseios da classe média urbana temerosa pela ameaça aos

seus valores tradicionais. Além disso, as proibições também encontraram eco nas práticas de autocensura, impostas pelos próprios autores temerosos que evitavam produzir obras que pudessem ser apreendidas. Entretanto, a hipótese mais inovadora e melhor fundamentada nos documentos apresentados por Reimão envolve a própria necessidade do aparato censório “mostrar-se como necessário ao sistema” (p. 56), ancorando-se em uma muralha burocrática de pareceres que evidenciassem a ameaça dos livros à segurança nacional e à moralidade brasileira. Essa linha de argumento ajuda a compreender o papel das cartas que transmitiam ao poder os pedidos do público por mais controle e embargo de obras ofensivas: uma clientelista censura *à la carte*, ao gosto do freguês, atendendo as demandas de setores da sociedade que se sentiam ameaçados por novos valores e práticas que contradiziam suas visões de mundo. Os documentos anexos confirmam a hipótese de Reimão: em um ofício do diretor do DCDP ao Ministro da Justiça Armando Falcão, comentando os resultados da censura em 1976, evidencia-se que seria impossível censurar previamente a vasta produção editorial brasileira, estimada no documento em mais de 9 mil títulos só naquele ano. A burocracia estatal justifica assim sua intervenção na expressão cultural ao atender uma demanda do próprio público, respondendo às denúncias de “professores, livreiros ou autoridades locais”, e ainda lamenta os efeitos reduzidos da proibição de somente 74 livros, “menos de 1% das obras lançadas no mercado de 1976” (p. 159).

Essa abertura às denúncias da população é complicada pela capilaridade institucional da censura: antes da centralização no DCDP, a censura era atribuição da Polícia Federal, mas havia a possibilidade de que outras autoridades de diferentes órgãos e escalões da hierarquia administrativa pública arrogassem a si próprias o poder de proibir manifestações culturais que considerassem inadequadas, ofensivas, subversivas ou mesmo inoportunas (p. 25). Essa difusão incentivou uma cultura de vigilância que abria o poder da proibição a uma vasta quantidade de pessoas, que se sentiam responsáveis por determinar o que outros poderiam dizer, ouvir ou pensar. Considerando a abrangência dos critérios que poderiam justificar a censura, estava instaurado um cenário que permitia qualquer tipo de proibição:

Pelos temas dos livros censurados percebe-se que o DCDP fazia a expressão “textos que versem sobre sexo, moralidade pública e bons costumes” ter uma abrangência bastante ampla e atingir praticamente tudo que não fosse do interesse do poder divulgar (p. 36).

Após essa introdução, Reimão discute, nos três capítulos a seguir, a censura de quatro livros publicados nos anos 1970 e que são representativos do

controle feito sobre a ficção nacional: *Feliz Ano Novo*, de Rubem Fonseca e Zero, de Ignácio de Loyola Brandão; *Dez Estórias Imorais*, de Aguinaldo Silva; e *Em câmara lenta*, de Renato Tapajós, caso único em que a censura ao livro enclausurou também seu autor na prisão. O último capítulo analisa a censura de dois contos vencedores de concurso da revista *Status*, “Mister Curitiba”, de Dalton Trevisan, e “O Cobrador”, de Rubem Fonseca, ambos posteriormente publicados em livro, paradoxalmente sem atrair a atenção da censura da época. As entrevistas concedidas por Ignácio de Loyola Brandão para a pesquisa de Reimão apresentam um surpreendente efeito da autocensura ao revelar que seu livro *Zero* foi inspirado em casos que o autor não conseguia publicar como jornalista (p. 67) – mas que acabaram também por determinar a proibição do romance.

Ao final, a autora ressalta em suas considerações finais a resistência contra a censura constituída pelas manifestações críticas de grandes escritores como Jorge Amado e Érico Veríssimo, além da iniciativa de autores que continuaram a procurar caminhos para a publicação de suas obras e dos leitores que não se sentiram intimidados em um tempo em que “até mesmo comprar, carregar e guardar alguns livros podia ser perigoso” (p. 120). Entretanto, assim como a resistência dos autores e leitores persistia mesmo após a censura das obras, a fertilidade da pesquisa de Reimão também resiste ao seu término. Os documentos apresentados no anexo de seu estudo convidam o leitor a continuar a análise da autora, refletindo sobre o clamor popular contra e a favor da censura: entre essas preciosidades, é irônico encontrar um parecer de um censor que, em abril de 1970, justificava a interdição de um livro que tenta “levar a revolução [de 1964] ao descrédito, através de insinuações de que no Brasil não há liberdade” (p. 147).

Igualmente revelador é um parecer de novembro do mesmo ano que identifica uma potencial metáfora crítica em um livro sobre um fictício país sul-americano chamado de Alhambra, que sofre com uma ditadura que tortura e persegue seus opositores e oprime seu povo. Ao avaliar essa obra, o censor nega que o livro trate do Brasil, pois não contém “semelhança com a realidade nacional”, porém determina sua proibição porque considera a obra “vulnerável a interpretações errôneas sobre o regime vigente” que alimentem a “campanha que vem deformando a imagem do Brasil no exterior” (p. 143). Esse parecer exemplifica, por um lado, a limitação da leitura interpretativa dos censores, incapazes de identificar uma crítica tão evidente à própria realidade nacional, mal disfarçada na obra literária avaliada; por outro, a amplitude dos critérios que podem justificar a censura de uma obra considerada “vulnerável” a leituras indesejadas.

As cartas que pedem o controle de livros ou que justificam a liberação são uma amostra de uma face da censura que ainda precisa ser exumada, pois evidenciam a participação de indivíduos e organizações da sociedade civil no aparato censório estatal. Entre as missivas selecionadas por Reimão surgem denúncias como a feita em 1974 por uma moradora de Lençóis Paulista (SP) ao ministério da Justiça contra livros como *Dias de Clichy*, de Henry Miller, considerado como “um verdadeiro atentado ao pudor, no entanto, encontrava-se à disposição de qualquer adolescente na Biblioteca Municipal desta localidade” (p. 162). Outra moradora de São Paulo, ao pedir em 1977 a censura a revistas como *Manchete*, *Status* e *Homem*, que exploram um “carneval de imoralidades”, chega a indagar ao ministro da Justiça sobre a “existência de lei ou decreto-lei sobre a circulação de matéria atentatória aos bons costumes”, questionando “por que não é aplicada ou aplicado para coibir os abusos já dramáticos destas publicações” (p. 165). Por outro lado, também houve a defesa de obras proibidas, exemplificada na carta do reitor da Universidade Metodista de Piracicaba que, já em 1984, defende a liberação de um filme: “não posso testemunhar calado o uso de um instrumento espúrio, como é a censura política, em um momento em que estamos tentando implantar a democracia”, pois se faz necessário criticar o “nosso triste passado recente que foi tão marcado por incompreensão, autoritarismo e violência” (p. 167).

A publicação de estudos como o de Reimão pode ajudar a desfazer a impressão vastamente disseminada de que a censura militar foi um processo imposto pelo simples arbítrio dos militares, a contragosto e negando a voz à sociedade brasileira, que só pode engolir a amarga pílula do silêncio em troca da defesa da segurança nacional e dos bons costumes. A análise da documentação apresentada pela autora sugere que diversos setores da sociedade civil demandavam a censura, e inclusive consideravam-na branda demais, exigindo participar do processo ao denunciar obras consideradas como ofensivas – ou seja, consideravam-se qualificados para opinar e participar desse sistema de controle. Ao mesmo tempo, a censura fortalecia-se, ampliando sua eficiência com as denúncias e municiando-se de argumentos ao ser vista, perante o público e dentro do Estado, como um controle necessário. Assim, a aparente opacidade do aparato da censura, que inclusive buscava controlar sua própria visibilidade, começa a deixar transparecer pontos de porosidade e raízes que se alimentavam em receios de setores conservadores da sociedade, ecoando as demandas por maior controle de setores culturais centrais para o debate ideológico da época. ■

Resenha recebida em 31 de março e aceita em 13 de abril de 2012.

